

Estatutos da Cooperativa

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Constituição

Com a designação de “ RAIA MAYOR - COOPERATIVA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL CRL”, é constituída uma cooperativa de responsabilidade limitada, **que também usará a denominação abreviada de “RAIA MAYOR, CRL”**, a qual será regida pelo Decreto-Lei 7/98 de 15 de Janeiro, pelo Código Cooperativo, pelos Estatutos, pelos Regulamentos Internos e demais legislação aplicável.

Artigo 2.º

Ramo

Esta Cooperativa insere-se no ramo da solidariedade social do sector cooperativo.

Artigo 3.º

Objecto Social

1. A cooperativa tem como finalidade o desenvolvimento de projectos de carácter de solidariedade social destinados preferencialmente à população de Campo Maior, com vista à satisfação de necessidades sociais e à promoção da sua integração, nos domínios designadamente:
 - a) Da participação de uma cidadania participativa e ativa.
 - b) Da promoção da educação intercultural e do respeito pelos valores consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos.
 - c) Do apoio a famílias e comunidades socialmente desfavorecidas com vista à melhoria da sua qualidade de vida e inserção socioeconómica.
 - d) Do apoio à integração de comunidades socialmente

desfavorecidas.

- e) Do acesso à educação, formação e integração profissional de grupos socialmente desfavorecidos.
 - f) Do fomento da cooperação e do desenvolvimento através de acções para a proteção e promoção dos direitos humanos e da educação para o desenvolvimento.
2. No âmbito do seu objecto social a Cooperativa promoverá o desenvolvimento de programas de apoio, designadamente em situações de desemprego, doença e carência económica, através da organização de programas de inserção profissional, entre outras, nas áreas da limpeza, da construção civil, da electricidade, da produção artesanal de flores de papel, da costura e de trabalhos agrícolas.
3. A Cooperativa poderá também, com vista à prossecução dos seus objectivos, participar ou adquirir participações em sociedades de qualquer espécie e cujo objecto seja diferente do seu.

Artigo 4º

Sede, duração e âmbito territorial

1. A Cooperativa tem a sua sede social na Travessa dos Combatentes da Grande Guerra nº 5-F, 7370-050 Campo Maior, freguesia de Nossa Senhora da Expectação, concelho de Campo Maior; podendo por deliberação da Direcção transferi-la para qualquer outro lugar deste concelho.
2. A Cooperativa durará por tempo indeterminado a contar da data da sua constituição, terá como âmbito territorial todo o território nacional.
3. A Cooperativa privilegiará a sua actividade no concelho de Campo Maior e limitrofes sem que isso signifique constrangimentos a actividades externas aos mesmos.
4. Por deliberação da direcção poderão em qualquer momento ser abertas filiais, escritórios ou delegações em qualquer local dentro do âmbito territorial da Cooperativa.

Artigo 5º

Funcionamento da Cooperativa

1. A organização e funcionamento dos diversos sectores de actividades constarão de regulamentos internos elaborados pela Direcção.
2. Os serviços prestados pela Cooperativa serão remunerados em regime de porcionismo, de acordo com a situação financeira dos utentes, apurada em inquérito a que se deverá sempre proceder, aquando da solicitação do serviço.
3. A fruição dos bens colocados pela Cooperativa à disposição dos seus membros será efectuada através do arrendamento, concessão, venda, cessão ou cedência, conforme o que for determinado pela Direcção. A fruição de qualquer bem ou serviço, por um membro da Cooperativa, a título gratuito, obriga a autorização da Assembleia Geral.
4. As tabelas de comparticipação dos utentes serão elaboradas em conformidade com as normas legais aplicáveis e com os acordos de cooperação que sejam celebrados com os serviços oficiais competentes, com outras associações, cooperativas, ou quaisquer outras entidades de direito público ou privado.

CAPÍTULO II

CAPITAL SOCIAL E QUOTIZAÇÕES

Artigo 6º

Subscrição do Capital Social

1. O Capital Social é variável e ilimitado no montante mínimo inicial de dois mil e quinhentos euros, e é representado por títulos de capital com o valor unitário de cinquenta euros.
2. Cada cooperador obriga-se a subscrever um mínimo de dez títulos de capital no acto de admissão.
3. A responsabilidade de cada cooperador é limitada ao montante do Capital Social subscrito.
4. Os membros da Cooperativa podem aumentar o Capital Social mediante a subscrição de novos títulos de capital.

Artigo 7º

Das Quotas

Será materializado um regulamento interno onde constará o valor das quotas e jóias dos cooperadores, aprovado em Assembleia Geral sobre proposta da Direcção.

Artigo 8º

Transmissão de Títulos de Capital

1. Os títulos de capital só são transmissíveis mediante autorização da Assembleia Geral, desde que o adquirente ou o sucessor já seja membro da Cooperativa ou, reunindo as condições para o ser, solicite a sua admissão e esta seja aceite pela Assembleia Geral.
2. A transmissão *inter vivos* opera-se por endosso do título a transmitir, assinado pelo transmitente, pelo adquirente e por dois membros da Direcção, sendo averbada no livro de registo.
3. A transmissão *mortis causa* opera-se por apresentação do documento comprovativo da qualidade de herdeiro ou legatário e é averbada, em nome do titular, no livro de registos e nos títulos, que deverão ser assinados por dois membros da Direcção e pelo herdeiro ou legatário.
4. Não podendo operar-se a transmissão *mortis causa* por o herdeiro ou legatário não reunir as condições de admissão exigidas, a sua admissão não ser aceite pela Assembleia Geral ou esta não autorizar a transmissão dos títulos de capital, os sucessores têm direito a receber o montante dos títulos, segundo o seu valor nominal, corrigido em função da quota-parte dos excedentes ou dos prejuízos e das reservas não obrigatórias.

Artigo 9º

Mecenato

Donativos, legados e subsídios, ou quaisquer outras doações em capital ou espécie, deverão reverter prioritariamente para o Fundo de Investimento.

CAPÍTULO III

COOPERADORES

Artigo 10º

Cooperadores

1. Podem ser membros da Cooperativa pessoas colectivas de direito público, ou privado, pessoas colectivas de fins não lucrativos, cooperativas e pessoas singulares que requeiram a sua admissão à Direcção.
2. A Assembleia Geral ou a Direcção poderão propor a eleição de sócios honorários ou beneméritos, os quais estarão isentos de quotização e jóia, nem terão direito de voto, a menos que se queiram tornar membros de pleno direito.
3. A deliberação da Assembleia Geral sobre o requerimento de admissão é tomada por maioria qualificada de, pelo menos dois terços dos votos expressos.

Artigo 11º

Admissão de Cooperadores

1. A admissão como membro da Cooperativa efectua-se mediante a apresentação de um formulário devidamente preenchido à Direcção, aprovado por Regulamento Interno.
2. No caso de pessoas colectivas, o formulário deve ser acompanhado de autorização à adesão emitida pela entidade ou órgão competente para o efeito.

Artigo 12º

Direitos dos Cooperadores

Os membros da Cooperativa têm direito a:

- a) Participar nas Assembleias Gerais, apresentando propostas, discutindo e votando os pontos constantes da ordem de trabalhos.
- b) Eleger e ser eleitos para os órgãos da Cooperativa.
- c) Requerer informações aos órgãos da Cooperativa e examinar a escrita e as contas, desde que o requeiram por escrito com uma antecedência mínima de sessenta dias e se verifique um interesse pessoal, directo e legítimo;
- d) Requerer a convocação da Assembleia Geral nos termos definidos nos estatutos, regulamento interno ou do Código Cooperativo;

- e) Recorrer para a Assembleia Geral das deliberações da Direcção.
- f) Beneficiar das regalias sociais estabelecidas pela Assembleia Geral;
- g) Solicitar a sua demissão ou exoneração, nos termos da lei e destes estatutos.

Artigo 13º

Deveres dos Cooperadores

Os membros da Cooperativa têm o dever de:

- a) Respeitar os princípios cooperativos, as leis, os estatutos da Cooperativa e os respectivos regulamentos internos;
- b) Participar nas Assembleias Gerais;
- c) Aceitar e exercer os cargos para os quais tenham sido eleitos;
- d) Participar nas actividades da Cooperativa e prestar o trabalho ou serviço que lhes competir;
- e) Efectuar os pagamentos previstos nos estatutos, nos regulamentos internos e no Código Cooperativo.

Artigo 14º

Sanções

1. Os cooperadores que violarem os deveres estabelecidos no artigo anterior ficam sujeitos às seguintes sanções:
 - a) Repreensão;
 - b) Suspensão de direitos até noventa dias;
 - c) Demissão.
2. Serão demitidos os cooperadores que por actos dolosos tenham prejudicado materialmente a Cooperativa.
3. As sanções previstas no n.º 1 alíneas a) e b), são da competência da Direcção.
4. A demissão é sanção exclusiva da Assembleia Geral, sob proposta da Direcção.
5. A aplicação das sanções previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1, só se efectivarão mediante audiência obrigatória do associado.
6. A suspensão dos direitos não desobriga do pagamento da quota.

7. O procedimento disciplinar e outras questões relacionadas com os cooperadores constará de regulamento interno.

CAPÍTULO IV

ÓRGÃOS SOCIAIS

Artigo 15º

Órgãos Sociais

1. São órgãos sociais da Cooperativa: a Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal.
2. **A Cooperativa obrigar-se-á com a assinatura de dois membros da Direcção, sendo uma delas obrigatoriamente a do Presidente.**

Artigo 16º

Disposições Gerais

1. Os membros dos corpos sociais são responsáveis civil e criminalmente pelas faltas ou irregularidades cometidas no exercício do mandato.
2. Além dos motivos previstos na lei, os membros dos corpos sociais ficam exonerados de responsabilidade se:
 - a) Não tiverem tomado parte na respectiva resolução e a reprovarem com declaração na acta da sessão imediata em que se encontrem presentes;
 - b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na acta respectiva;
3. Das reuniões dos corpos sociais serão sempre lavradas actas que serão obrigatoriamente assinadas pelos membros presentes ou, quando respeitem a reuniões da Assembleia Geral, pelos membros da respectiva mesa.

Secção I

ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 17º

Assembleia Geral

1. A Assembleia Geral é o órgão supremo da Cooperativa, nela participando todos os cooperadores no pleno uso dos seus direitos, sendo as suas deliberações obrigatórias para os restantes órgãos, membros e cooperadores. É constituída por todos os sócios admitidos há, pelo menos seis meses, que tenham as suas quotas em dia e não se encontrem suspensos.
2. A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.
3. À assembleia-geral incumbe:
 - a) Eleger e destituir os titulares eleitos dos órgãos sociais.
 - b) Apreciar e votar até trinta e um de Março o relatório de gestão e as contas do exercício anterior, bem como o parecer do Conselho Fiscal.
 - c) Apreciar e votar até trinta e um de Dezembro o orçamento e o plano de actividades para o exercício seguinte.
 - d) Aprovar a forma de distribuição dos excedentes sob proposta da Direcção.
 - e) Alterar os estatutos, bem como aprovar e alterar os regulamentos internos da Cooperativa sob proposta da Direcção.
 - f) Deliberar sob exclusão de cooperadores e sobre a perda de mandato dos titulares dos órgãos sociais.
 - g) Apreciar e decidir os recursos das decisões da Direcção interpostos por cooperadores.
 - h) Decidir do exercício do direito de acção cível ou penal contra directores, gerentes, outros mandatários e membros do Conselho Fiscal, nos termos do Código Cooperativo.
 - i) Apreciar e votar outras matérias especialmente previstas no Código Cooperativo, na legislação complementar ou nos estatutos.
4. Compete ao Presidente da assembleia-geral:
 - a) Convocar as Assembleias.

- b) Convocar eleições.
- c) Presidir e dirigir os trabalhos.

Artigo 18º

Reuniões da Assembleia Geral

1. A Assembleia Geral reunirá em sessões ordinárias e extraordinárias.
2. A Assembleia Geral reunirá ordinariamente:
 - a) No final de cada mandato, durante o mês de Dezembro, para a eleição dos corpos gerentes.
 - b) Até trinta e um de Março de cada ano para discussão e votação do relatório e contas da direcção do ano anterior, bem como do parecer do Conselho Fiscal.
 - c) Até trinta e um de Dezembro de cada ano, para apreciação e votação do orçamento e plano de actividades para o ano seguinte.
3. A Assembleia Geral reunirá em sessão extraordinária, quando convocada pelo presidente da mesa da Assembleia Geral, a pedido da Direcção ou do Conselho Fiscal ou a requerimento de, pelo menos um terço dos cooperadores no pleno gozo dos seus direitos.

Artigo 19º

Convocatórias

1. A Assembleia Geral deverá ser convocada com pelo menos quinze dias de antecedência pelo Presidente da Mesa ou seu substituto.
2. A convocatória é feita por meio de aviso postal expedido para cada cooperador ou através de anúncio publicado nos dois jornais de maior circulação da área da sede da Cooperativa e deverá ser afixada na sede e noutros locais de acesso público, dela constando obrigatoriamente o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos.
3. A convocatória da Assembleia Geral extraordinária, nos termos do artigo anterior, deve ser feita no prazo de quinze dias após o pedido ou requerimento,

devendo a reunião realizar-se no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da recepção do pedido ou requerimento.

SECÇÃO II

DIRECÇÃO

Artigo 20º

Direcção

1. A Direcção é o órgão de administração e representação da Cooperativa.
2. A Direcção é composta por um Presidente, um Vice-Presidente (Tesoureiro) e um Secretário.
3. São incumbências da direcção:
 - a) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do Conselho Fiscal e aprovação da Assembleia Geral o relatório de gestão e as contas do exercício, bem como o plano de actividades e o orçamento para o ano seguinte.
 - b) Executar o plano de actividade anual.
 - c) Atender às solicitações do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas nas matérias competentes destes.
 - d) Velar pelo respeito da lei, dos estatutos, dos regulamentos internos, e das deliberações dos órgãos da Cooperativa.
 - e) Contratar e gerir o pessoal necessário às actividades da Cooperativa, estabelecer as suas remunerações e as dos corpos sociais.
 - f) Representar a Cooperativa em juízo e fora dele, assim como obrigar a Cooperativa mediante a assinatura de dois dos seus membros, sendo uma obrigatoriamente a do presidente;
 - g) Escriturar os livros nos termos da lei.
 - h) Praticar os actos necessários à defesa dos interesses da Cooperativa e dos cooperadores, bem como à salvaguarda dos interesses cooperativos, em tudo que não se insira na competência de outros órgãos.
 - i) Negociar e contratar protocolos, empréstimos, financiamentos, projectos, aquisições de terrenos, habitações, adjudicação de obras

e empreitadas, no respeito da lei, estatutos e deliberações da Assembleia Geral.

- j) Aceitar doações, legados e subsídios destinados à prossecução dos objectivos da Cooperativa.

Artigo 21º

Presidente da Direcção

Compete ao Presidente da Direcção:

- a) Superintender na administração da Cooperativa, orientando e fiscalizando os respectivos serviços;
- b) Convocar e presidir às reuniões da Direcção, dirigindo os respectivos trabalhos;
- c) Representar a Cooperativa em juízo e fora dele;
- d) Assinar e rubricar os termos de abertura e encerramento e rubricar o livro de actas da Direcção;
- e) Despachar os assuntos normais de expediente e outros que careçam de solução urgente, sujeitando estes últimos à confirmação da Direcção na primeira reunião seguinte;

Artigo 22º

Vice-Presidente (Tesoureiro)

Compete ao Vice-Presidente coadjuvar o presidente no exercício das suas atribuições e substituí-lo nas suas ausências e impedimentos, e concretamente:

- a) Receber e guardar os valores da Cooperativa;
- b) Promover a escrituração de todos os livros de receita e de despesa;
- c) Assinar as autorizações de pagamento e as guias de receita conjuntamente com o presidente;
- d) Apresentar mensalmente à Direcção o balancete em que se discriminarão as receitas e despesas do mês anterior;
- e) Superintender nos serviços de contabilidade e tesouraria.

Artigo 23º

Secretário

Compete ao Secretário:

- a) Lavrar as actas das reuniões da Direcção e superintender nos serviços de expediente;
- b) Preparar a agenda de trabalhos para as reuniões da Direcção organizando os processos dos assuntos a serem tratados;
- c) Superintender nos serviços de secretaria.

SECÇÃO III

CONSELHO FISCAL

Artigo 24º

Conselho Fiscal

- 1. O Conselho Fiscal é composto por um Presidente e dois Vogais.
- 2. O Conselho Fiscal é o órgão de controlo e fiscalização da cooperativa, competindo-lhe designadamente:
 - a) Examinar, sempre que julgue conveniente, toda a documentação da Cooperativa.
 - b) Verificar, quando o entenda como necessário, o saldo de caixa e a existência de títulos e valores de qualquer espécie, o que fará constar das respectivas actas.
 - c) Elaborar relatório sobre a acção fiscalizadora exercida durante o ano e emitir parecer sobre o relatório de gestão e as contas do exercício, o plano de actividades e o orçamento para o ano seguinte. Deverá fazê-lo em face do parecer do Revisor Oficial de Contas se este existir.
 - d) Requerer a convocação extraordinária da Assembleia Geral nos termos do nº.3 do Artigo 45º do Código Cooperativo.
 - e) Verificar o cumprimento dos Estatutos e da Lei.

SECÇÃO IV

OUTRAS

Artigo 25º

Mandatos

1. Os mandatos terão a duração de quatro anos, devendo proceder-se à sua eleição no mês de Dezembro do último ano de cada quadriénio.
2. O mandato inicia-se com a tomada de posse perante o Presidente da Mesa da Assembleia Geral ou seu substituto, o que deverá ter lugar na primeira quinzena do ano civil imediato ao das eleições.

Artigo 26º

Funcionamento dos Órgãos

1. Todos os órgãos sociais terão um Presidente, que terá voto de qualidade.
2. Nenhum órgão da Cooperativa pode funcionar sem que estejam preenchidos pelo menos metade dos seus lugares, com excepção para a Mesa da Assembleia Geral.
3. As votações respeitantes à eleição dos órgãos da Cooperativa ou a assuntos de incidência pessoal dos cooperadores realizar-se-ão por escrutínio secreto.

Artigo 27º

Prerrogativas, Normas e Incompatibilidades

1. A Direcção pode criar comissões especiais ou grupos de trabalho, de duração limitada, para o desempenho de funções determinadas.
2. Nenhum cooperador pode pertencer, isto é, ser membro de mais que um dos órgãos sociais mencionados nos estatutos.
3. Não podem ser eleitos para o mesmo órgão social ou ser simultaneamente membros da Direcção e do Conselho Fiscal os cônjuges ou pessoas que vivam em união de facto.
4. A Direcção poderá criar um Conselho Consultivo, que compreenda elementos representantes de instituições com que estejam estabelecidos protocolos, no sentido de a apoiarem e colaborarem, especificamente no Plano de Actividades.
5. As demais disposições de organização e funcionamento dos Órgãos Sociais, serão objecto de Regulamento Interno.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES LEGAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 28º

Alteração dos Estatutos

1. Os presentes estatutos só podem ser alterados em Assembleia Geral extraordinária, convocada para o efeito por maioria qualificada de, pelo menos, dois terços dos votos expressos.
2. A convocatória da Assembleia Geral extraordinária será acompanhada do texto da alteração proposta.

Artigo 29º

Regime Supletivo

Os casos omissos serão resolvidos por deliberação da Assembleia Geral, supletivamente pelas disposições do Código Cooperativo e respectiva legislação suplementar.